

ENSAIO

UMA PROVOCAÇÃO À SOCIOLOGIA FRENTE À BNCC

UNA PROVOCACIÓN A LA SOCIOLOGÍA ANTE LA BNCC

A CRITICAL PROVOCATION TO SOCIOLOGY FRONT OF BNCC

DOI: 10.22481/rbba.v12i01.12570

Walter Marcos Knaesel Birkner
Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), Santa Catarina, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8853-6990>
Id. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8521471198048138>
Endereço eletrônico: 988188898wa@gmail.com

RESUMO

Este ensaio é uma crítica à Sociologia contemporânea no Brasil. O ponto de partida é uma revisão de manuais do ensino médio que permite transparecer uma antítese oculta entre preocupações com a distribuição das riquezas e a desigualdade social versus o desinteresse pelas causas da produção econômica e do desenvolvimento. Sugerindo atenção a estes fatores, advogamos pela reinserção da Sociologia do desenvolvimento, passando por temas correspondentes, como o evolucionismo, o capital social, a economia e o método interdisciplinar como facilitador. Nessa perspectiva de justificação da renovação sociológica, correlacionamos tais preocupações com os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que é o documento norteador da Educação brasileira a partir de 2018.

Palavras-chave: Sociologia do desenvolvimento. BNCC. Interdisciplinaridade. Capital social e neoevolucionismo.

Publicado sob a Licença Internacional – CC BY-NC-SA 4.0

ISSN 2316-1205	Vit. da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina	Vol. 12	Num.1	Jun/2023	p. 07-38
----------------	--	---------	-------	----------	----------

RESUMEN

Este ensayo es una crítica a la sociología contemporánea en Brasil. El punto de partida es una revisión de libros de texto de secundaria que revela una antítesis oculta entre la preocupación por la distribución de la riqueza y la desigualdad social frente al desinterés por las causas de la producción y el desarrollo económico. Sugiriendo atención a estos factores, abogamos por la reinsertión de la Sociología del desarrollo, pasando por temas correspondientes, como el evolucionismo, el capital social, la economía y el método interdisciplinario como facilitador. Desde esta perspectiva de justificación de la renovación sociológica, correlacionamos tales preocupaciones con los supuestos de la Base Curricular Común Nacional - BNCC, que es el documento rector de la Educación Brasileña a partir de 2018.

Palabras clave: Sociología del desarrollo. BNCC. Interdisciplinariedad. Capital social y neoevolucionismo.

ABSTRACT

This essay is a critique of contemporary sociology in Brazil. The starting point is a review of high school textbooks that reveals a hidden antithesis between concerns about the distribution of wealth and social inequality versus lack of interest in the causes of economic production and development. Suggesting attention to these factors, we advocate the reinsertion of Sociology of development, passing through corresponding themes, such as evolutionism, social capital, economics and the interdisciplinary method as a facilitator. From this perspective of justifying sociological renewal, we correlate such concerns with the assumptions of the National Common Curricular Base - BNCC, which is the guiding document of Brazilian Education since 2018.

Keywords: Sociology of development. BNCC. Interdisciplinarity. Social capital and neoevolutionism.

INTRODUÇÃO

A ciência deve ser útil à Sociedade. Deve descobrir coisas, interpretá-las e trazer as explicações à superfície, a fim de que indivíduos e organizações façam uso do conhecimento e que isso contribua ao desenvolvimento pessoal e coletivo. É claro, toda a informação e todo o conhecimento produzido devem circular aos quatro ventos. As sociedades produzem

informação e conhecimento. Sabendo armazená-los e colocá-los à disposição dos agentes econômicos, políticos e culturais, promovem o desenvolvimento, no amplo sentido. Fé no homem e liberdade ao cérebro: foi com essa determinação humanista que o Ocidente chegou até aqui. E foi pela ciência que alcançou os níveis de desenvolvimento que jamais foram alcançados por outra civilização. Esse tem sido o papel da Ciência: servir à Sociedade. O que mais dizer, então, sobre o compromisso de uma ciência social como a Sociologia?

A bem da verdade, as abordagens introdutórias da Sociologia quase sempre nos mostram, respectivamente, a utilidade desta ciência social, o que justificou sua emergência e inserção na vida acadêmica e no universo educacional. Nos livros de introdução à teoria sociológica, a exemplo dos manuais de ensino médio ou superior dessa disciplina, sua importância é de fácil reconhecimento. A Sociologia nasce da honesta intenção de seus vários precursores e fundadores em compreender os fenômenos sociais, sobretudo as mudanças, os avanços, mas também os problemas sociais de cada época e lugar. Desde a origem esta disciplina se debate com o problema da instabilidade social e, dentro dele, a desigualdade social que, se sempre existiu, tornou-se bastante evidente a partir da Revolução Industrial. E, a despeito de todas as explicações convencionais de ordem filosófica e moral, coube à Sociologia desnaturalizar aquilo que parecia ser da essencialidade humana ou da obra de Deus: a desigualdade. Esta foi a sua primeira grande utilidade social.

Quando lemos os manuais de hoje ou de 30 anos atrás, quase sempre se oferece uma abordagem historicista que nos remete às suas origens: o contexto da Revolução Industrial no século XIX e as consequências sociais. Essas abordagens também nos mostram como o homem europeu saqueou os novos continentes com sua ambição material e os colonizou com seus valores e instituições. Nessa perspectiva, os europeus introduziram um modelo de organização social baseado numa economia de exploração do homem sobre o homem, amparada por instituições morais e legais que justificaram e normalizaram esse *modus vivendis*. E o ventre dessa narrativa deve ser buscada na obra do filósofo franco-suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), pela ideia do problema original, fonte de toda a desigualdade: a propriedade privada, que teria corrompido o *bon sauvage*. Mas coube ao filósofo alemão Karl Marx (1818-1883) apresentar a plataforma interpretativa para a crítica ao capitalismo e, mais tarde, para uma espécie de autocrítica do mundo ocidental. Foi criticando as teses do liberalismo clássico que Marx denunciou a desigualdade e a relacionou à economia como nem um outro o havia feito.

Em 1776, o filósofo escocês Adam Smith (1723-1790) lançava *A riqueza das nações*, obra clássica do criador da Economia Política, também chamado de “pai do liberalismo”. A obra é conhecida como um libelo da economia livre, pela demonstração de que a riqueza não provinha das reservas naturais e de metais preciosos, como supunham os mercantilistas, nem da terra, como diziam os fisiocratas. Era, sim, originária da engenhosidade e da capacidade produtiva e, por isso, quanto maior a liberdade dos agentes econômicos em busca de suas ambições, maior a possibilidade de uma nação gerar riquezas. Cabia ao Estado, essencialmente, garantir essa liberdade, personificava-se aqui o argumento em favor do Estado mínimo, que quanto menos se metesse na vida dos indivíduos, melhor faria a todos.

A melhor alegoria desse argumento viria a ser a da “mão invisível” do *laissez faire*, *laissez passer*, simbolizando a crença de que as coisas se ajeitam por si, impulsionadas pelos interesses humanos, sem a necessidade do intervencionismo estatal. O Estado cuidaria apenas do básico: proteção às liberdades individuais, à propriedade privada, segurança à vida, defesa do território e ainda cuidaria de áreas que nem sempre interessam à iniciativa privada, como Educação e saúde. Segundo essa perspectiva liberal originária do pensamento de Adam Smith, o pressuposto do desenvolvimento de uma nação seria o de que a liberdade é o fator essencial para impulsionar a prosperidade.

Oitenta e três anos depois, o filósofo alemão Karl Marx lançava *Para a crítica da economia política*, apresentando uma crítica radical ao liberalismo clássico defendido por Smith. Marx afirmou que o papel do Estado na economia não poderia ser simplesmente o de garantir o *laissez faire*, porque a mão invisível produz desequilíbrios, leia-se, concentra a riqueza e gera a desigualdade. No entender de Marx, o liberalismo clássico expressaria essencialmente a ideologia das classes dominantes, escamoteando a realidade. Para ele a origem de toda a desigualdade estaria justamente na propriedade privada, base da infraestrutura da economia livre. E o Estado não seria neutro, ao contrário, seria a base da superestrutura das ideias a serviço das classes dominantes, na função de controle e convencimento sobre os indivíduos.

Segundo Marx, a fim de garantir a “mão invisível” sobre a infraestrutura econômica, a burguesia se apossa do Estado, direta e indiretamente, para manter um sistema social que gera concentração de riquezas e desigualdade permanente. Isso é possível porque, através da superestrutura ideológica, manteria a “ordem” necessária à manutenção do sistema. O faz, seja

pelo Direito (leis), pelo poder de uso exclusivo da violência, ou pela persuasão das ideias, através da filosofia, da ciência, da literatura e das artes em geral. O faz, inclusive, de acordo com as formas de interpretação da religião, que o autor considerada o “ópio do povo”. Ou seja, de modo geral, também as instituições formais e informais refletiam os interesses da burguesia. O objetivo seria garantir os interesses burgueses de dominação e exploração. O controle se dá pelo poder político e de convencimento de que essa realidade é natural e necessária, como afirmaram os darwinistas sociais. Marx chamou a isso de ideologia: falsa visão da realidade que impedia a classe trabalhadora, pobre, ignorante e iludida, de enxergar a realidade como ela é: de exploração da burguesia sobre a classe trabalhadora.

Assim, a grande tarefa de Marx soa como música e torna-se a tarefa de grande parte dos sociólogos, conferindo notável utilidade à ciência da Sociedade. Numa frente, portanto, seria necessário denunciar as contradições que aconteciam na infraestrutura, isto é, numa economia baseada na propriedade privada e na livre exploração do homem pelo homem. Na outra frente, era necessário denunciar a superestrutura ideológica, isto é, as instituições burguesas – o direito, a filosofia, as ciências, as artes, a Educação, as leis, as regras e os próprios valores da Sociedade. Tudo isso, na Sociedade capitalista, não mais do que refletiria a visão de mundo das classes dominantes, suas aspirações, seus interesses, de modo a encobrir as contradições existentes no mundo real.

A solução final, como já sabemos, seria o socialismo, a partir da consciência e através da luta organizada da classe trabalhadora. Esse é o ponto aqui. Se no século XIX, a solução era a práxis, isto é, a luta política diária, caberia à intelectualidade assumir o seu papel de esclarecimento sobre como as coisas são. A produção de uma consciência de classe por parte das massas tinha que ser também a tarefa de intelectuais. E o que dizer então dos intelectuais que estudam a Sociedade? Obviamente, seu engajamento político seria fundamental para seguir a recomendação explícita de Marx quando, nas Teses sobre Feuerbach asseverou que “até agora os filósofos se preocuparam em interpretar o mundo de várias formas. O que importa é transformá-lo”. Essa é a orientação ética original de todos os sociólogos que contestam o capitalismo e as instituições ocidentais. Aqui, o que impulsionaria a prosperidade já não seria a liberdade e sim, fundamentalmente a igualdade.

Mas, ao longo do século XX, a solução veio a ser outra. A melhor resposta política – e solução histórica – ao impasse político e teórico entre o liberalismo clássico e o socialismo viria

a ser a social democracia, materializada no Estado de bem-estar social. Superando a dicotomia entre 1) o liberalismo dos meros direitos individuais e 2) o socialismo da pretendida emancipação da humanidade, a social democracia tornou-se a mais eficiente orientação política e teórica no combate às desigualdades. E, durante o século XX, ao invés de insistir no fim da propriedade privada, a crescente percepção política, mas também teórica, foi outra, qual seja: a de que a garantia do Welfare State estava justamente em economias produtivas que permitem a extração de recursos para financiar o bem-estar social. A preservação da propriedade privada e da liberdade econômica, somada à incorporação dos direitos políticos e sociais, foi a fórmula exitosa da democracia no século XX. O Estado de bem-estar social intervém na economia ao instituir os direitos sociais e distribuir a riqueza por meio de políticas sociais de Estado. Nesse sentido, o que impulsiona a prosperidade passam a ser duas coisas, até então, antagônicas na teoria: a liberdade e a igualdade. O resultado é que todos ganham.

Na Sociologia, o reconhecimento disso gerará um engajamento em relação à defesa da política, notadamente do Estado interventor, em favor da distribuição de renda. Sendo assim, a continuada tática de uma crítica permanente ao liberalismo econômico permanece intacta. À Sociologia cabe o papel de denunciar permanentemente a distribuição imperfeita dos recursos, para então gerar a inferência de que a solução é o fortalecimento das políticas públicas do Welfare State. Então, ao lermos a maioria dos manuais de Sociologia, somos sempre conduzidos à percepção de que, desde a Revolução Industrial, o capitalismo tem sido capaz de multiplicar a produtividade e, ao mesmo tempo, aumentar as desigualdades sociais.

SOCIOLOGIA DA PRODUÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

É nessa perspectiva que a Sociologia se engaja na denúncia permanente à desigualdade, e com isso, mantém em evidência a defesa do Welfare State. Faz uma denúncia à distribuição imperfeita dos recursos, justificando racionalmente a providência do Estado. Todavia, ignora por completo todo o campo de investigação sobre os fatores geradores de maior produtividade, riqueza e desenvolvimento. Considerar essa ausente perspectiva na Sociologia seria útil a uma defesa do liberalismo econômico? Provavelmente. Somado às críticas tradicionais do liberalismo à social democracia, esse novo campo de estudos ampliaria a dimensão da Sociologia introdutória que conhecemos. Nessa perspectiva, as interpretações sobre as tendências e insuficiências do Estado de bem-estar social se somariam à investigação

persistente e à interpretação imparcial de fatores que geram a produtividade e promovem o desenvolvimento de uma sociedade.

Contudo, se isso parece moralmente proibitivo, mais imediata é a necessidade de entender que as políticas distributivistas necessitam dos recursos que advém do mundo da produção. O que todo estudante de Sociologia deveria saber, desde o ensino médio, é que o Estado de bem-estar vive na berlinda. Para sustentar a estrutura da providência e de garantia dos direitos sociais, ele tem que extrair o máximo possível dos agentes produtivos e ao mesmo tempo não desestimulá-los de manter a produtividade, porque deles depende, fundamentalmente. Desse modo, caberia um papel extraordinário à Sociologia na direção de demonstrar a interdependência sistêmica entre a política e a economia. E cumpriria esse papel ao identificar e explorar fenômenos e conceitos que explicam o desenvolvimento de cada Sociedade. Fazendo isso, a “ciência das relações sociais” completaria o ciclo sistêmico das inter-relações entre política, economia, cultura e Educação.

DESIGUALDADE *VERSUS* DESENVOLVIMENTO

Só que não. Esse tipo de abordagem está ausente na Sociologia brasileira. Tal omissão analítica se evidencia em uma análise dos seis manuais de Sociologia recomendados para o período de 2015 a 2017 pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), ligado ao Ministério da Educação (BIRKNER & BAZZANELLA, 2019). Para a disciplina de Sociologia, relativo ao triênio 2015-2017, o Ministério da Educação - MEC recomendou seis livros. Constantes na bibliografia deste trabalho, são os seguintes: 1) Araujo, Bridi & Motim, 2013; 2) Bomeni et Al, 2013; 3) Machado, Amorim & Barros, 2013; 4) Oliveira & Costa, 2013; 5) Silva et Al, 2013; E, Finalmente, 6) Tomazi, 2013).

Essa recomendação do MEC é o resultado final do trabalho de avaliadores ad hoc de várias universidades brasileiras. Vale dizer que se trata de uma avaliação minuciosa que responde a 110 perguntas organizadas a partir de um conjunto de critérios. Ali, consideram-se aspectos teóricos e conceituais, didático-pedagógicos, de legislação, imagens, editoração, entre outros. A avaliação contém ainda as resenhas críticas de cada um dos livros e está publicada no Guia dos Livros Didáticos de Sociologia do PNLD-2015 (BRASIL, 2014). Não menos importante é a consideração de um amplo conjunto de componentes das três unidades curriculares da disciplina, que correspondem a cada um dos três anos do ensino médio. Essas

unidades e seus componentes orientam os conteúdos dos manuais e estão publicados na Base Nacional Curricular Comum – BNCC (BRASIL, 2016: 648-51).

Em nosso mencionado estudo, identificamos as palavras e conceitos mais mencionados ao longo dos capítulos que constituem tais livros. Chama à atenção que o conceito de desenvolvimento não aparece na sua dimensão nacional ou local-regional, como se jamais tivesse havido uma Sociologia do desenvolvimento. Para ser mais exato, o conceito aparece, sim, e com frequência, mas na condição de objeto de crítica ao modelo de desenvolvimento da economia liberal, sempre apontado como a fonte das desigualdades. Inexiste uma preocupação em estudar o fenômeno do desenvolvimento do ponto de vista de suas possibilidades e de seus agentes. Assim, fica evidente que a Sociologia introdutória no Brasil é hegemonicamente uma ciência da má distribuição da riqueza e da desigualdade social consequente (BIRKNER & BAZZANELLA, 2019).

Naturalmente, a preocupação com o desenvolvimento desaparece e, com ela, qualquer possibilidade de estabelecer relações criativas entre política, economia e cultura. Fica, tão somente, a crítica ao modo de produção capitalista e a ideia de que o único remédio ao seu modelo de desenvolvimento desigual e excludente é a defesa do Estado de bem-estar social. Mais uma vez, vale afirmar que o problema aqui não está nessa defesa do Estado garantidor dos direitos sociais. É importante esclarecer: o Estado de bem-estar e de direitos é a grande obra política do Ocidente liberal democrático, uma conquista da social democracia. O problema, repita-se, está no desprezo ao fato de que sua manutenção e expansão não dependem mais da vontade política, garantida pelo voto dos eleitores. Dependem fundamentalmente da capacidade produtiva da Sociedade.

Nessa direção, o engajamento sociológico trata o problema da desigualdade como se a solução fosse exclusivamente distributiva, quando, na verdade, ela é igualmente produtiva. É como se a Sociologia estivesse presa às crenças dos fisiocratas e mercantilistas. Em outras palavras, é como se a riqueza já existisse e fosse inesgotável, bastando distribuí-la, tirando dos ricos e entregando aos pobres. Não há demonstrações de noções mínimas sobre como a economia funciona no mundo real e a desconsideração quanto ao problema da produtividade, da Educação e da engenhosidade humana é absoluta. Nesse aspecto, uma seção de psicanálise da Sociologia revelaria sua profunda rejeição ao liberalismo clássico, onde esses fatores são centrais para explicar o combate às desigualdades.

SOCIOLOGIA, EVOLUCIONISMO E INTERDISCIPLINARIDADE

Pois bem: aqui aparece o problema original da Sociologia hegemônica no Brasil, que é o anti-liberalismo econômico. Está na raiz da sua conformação, inerente aos manuais e livros de introdução à disciplina, impedindo a colagem entre a economia e a política. É na esteira dessa abordagem desconexa entre a política e a economia que o conceito de desenvolvimento é facilmente abandonado. Não obstante, a rejeição é ainda mais profunda e, insistindo na alegoria com a psicanálise da Sociologia, diz respeito à aversão que a maioria dos sociólogos tem ao evolucionismo.

Há fortes razões para isso, a começar pela importante crítica ao darwinismo social do século XIX, iniciado na Antropologia cultural e absorvida pela Sociologia. O pressuposto clássico da transposição vulgar da teoria de Darwin, da Biologia para o mundo social, levou muitos entusiastas da visão eurocêntrica a afirmar que a cultura europeia demonstrava clara superioridade às outras. O desenvolvimento filosófico, científico, técnico e moral apregoado pelos darwinistas sociais era usado como justificativa para a expansão da cultura europeia e ao processo de colonização de outros povos.

Obviamente, essa crítica teve a utilidade de ajudar a constituir o pensamento sociológico em países que outrora foram colônias, como o Brasil. E quando a perspectiva eurocêntrica mais agressiva da evolução – a luta sangrenta pela vida – foi associada ao liberalismo econômico para justificar as desigualdades, isso cravou uma estaca no coração do evolucionismo sociológico. Nos manuais de introdução que trazem a história da Sociologia, essa crítica está presente: a teoria evolucionista transpôs, arbitrariamente, o universo da vida animal e vegetal para o mundo dos seres humanos em Sociedade. Com isso, os adeptos do liberalismo econômico e entusiastas do progresso tentaram explicar as atrocidades e injustiças, no interior de seus países e em relação ao novo mundo. Essa concepção rasa e vulgar do liberalismo econômico e do evolucionismo também incentivou a difusão de teorias racistas. Além disso, forjou a ideia de um modelo único de desenvolvimento, uma trajetória única, em desconsideração à diversidade cultural no mundo.

Até aí, a rejeição ao denominado darwinismo social é claramente compreensível. Mas o andar da carroça nos indica alguns problemas e revela um alheamento da Sociologia brasileira, como se nada mais houvesse a dizer sobre o evolucionismo. A Sociologia brasileira encerrou ali o assunto, ignorando, por inteiro, todo o esforço sociológico de renovação que culmina no

neoevolucionismo. As contribuições são muitas e ajudam a pensar o tema do desenvolvimento. Mas aí vem a segunda e consequente ausência na Sociologia brasileira, que é a preocupação com o tema do desenvolvimento. E é preciso dizer: até mesmo o esforço sociológico existente na área temática que conhecemos por desenvolvimento local-regional e territorial, mesmo ali, o desprezo ou a ignorância acerca do neoevolucionismo gerou um grande buraco teórico. Ainda que fosse para negá-lo, criticamente, nem isso se fez.

Na mencionada área, é importante reconhecer, houve a inserção de temas como a ideia-força do capital social e suas proveitosas relações com o desenvolvimento econômico e político regional (PUTNAM, 1996; BIRKNER, 2006; BOEIRA & BORBA, 2006). Apesar disso, a influência de sociólogos e economistas políticos de influência marxista revela um campo preconceituoso em relação ao liberalismo econômico e uma ignorância acrítica sobre o neoevolucionismo. O próprio conceito de capital social, incluindo fatores como a cooperação e a solidariedade, é facilmente inserível na concepção renovada do evolucionismo sociológico. Mas há uma aparente ignorância sobre isso. E a explicação lógica para esse hiato teórico está justamente no fato de que o evolucionismo está na raiz da noção contemporânea de desenvolvimento. Portanto, teorizar sobre o conceito de desenvolvimento ignorando esse fato é como andar com um pé no asfalto e outro no barro.

A mesma insuficiência se evidencia quando falamos em desenvolvimento, desconsiderando a economia. Deve-se reconhecer que a última preocupação relevante da Sociologia com o tema do desenvolvimento tenha sido a de criticar o reducionismo econômico que dominou o tema há meio século. O velho desenvolvimento fora agora substituído pela noção de desenvolvimento sustentável, com conotação social e fortemente ambientalista – olha o neoevolucionismo aí. Até aí, tudo bem. Mas quando se observou que o tema do desenvolvimento não se reduzia à economia, muitos quiseram entender que não seria mais necessário falar de economia. Então, quando alguma menção se faz ao tema do desenvolvimento na Sociologia, só se vislumbram duas possibilidades: a primeira delas é atribuir ao modo de desenvolvimento do liberalismo econômico a causa das desigualdades; a segunda é reclamar um desenvolvimento sustentável sem pensar no desenvolvimento econômico. A consequência disso é um notável prejuízo ao pensamento sistêmico e ao método interdisciplinar.

APONTAMENTOS INTERDISCIPLINARES A UMA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Isso nos autoriza a um argumento pela interdisciplinaridade nas abordagens da Sociologia introdutória no Brasil, insistindo na urgência de um diálogo não apenas entre as denominadas ciências humanas. Mais que isso, a Sociologia pode ser enriquecida a partir da introdução de uma aproximação intercientífica, ultrapassando as circunscrições que a separam das denominadas ciências naturais ou de quaisquer outras. Conquanto muito se concorde em promover a interdisciplinaridade na Sociologia, isso normalmente se restringe à Antropologia, à Ciência Política, à História e à Geografia. Até as chamadas ciências sociais aplicadas são ignoradas. Diante disso, nossa proposição é que seja necessário experimentar o contato com outras ciências, com as quais seja possível estabelecer interseções de análise sobre temas comuns, a começar pelo próprio conceito de desenvolvimento.

É nessa direção intercientífica que insistimos na emergência de reintroduzir a Sociologia do desenvolvimento nas abordagens dos manuais e dos livros de introdução às Ciências Sociais. Além de uma reaproximação sistêmica com a Economia, é o que se pode fazer entrelaçando a Sociologia com ciências como a Biologia e a Física. Fora do âmbito dos trabalhos sociológicos, há cientistas de outras áreas que oferecem importantes abordagens de temas sociológicos intimamente vinculados ao tema do desenvolvimento. O exemplo mais notável é o tratamento conferido ao fenômeno da cooperação. Nesse sentido, tanto a Biologia e seus ramos, quanto a Economia, são campos vastos de investigação, análise e interpretação sobre certas causas que explicam tanto a vida quanto o desenvolvimento de cidades, regiões e países. Fenômenos como as estratégias de vida, o empreendedorismo, a inovação e o cooperativismo, por exemplo, são fartos de conotação sociológica.

A propósito, a interpretação do fenômeno da cooperação, de profunda conotação sociológica, é seguramente amplificada ao ser analisada em outros campos do conhecimento. Cientistas dos campos da Biologia, da Zoologia, da Botânica, da Física e até mesmo a Matemática, oferecem trabalhos analíticos de evidente utilidade sobre os mecanismos de cooperação no mundo da natureza, mas também da confiança interpessoal entre os diversos ambientes sociais (BIRKNER; BAREBOSA e KONELL, 2020). E, seja por analogia ou por demonstração de equivalências entre fenômenos naturais e sociais, a compreensão interdisciplinar sobre o fenômeno da cooperação é de todo modo enriquecida. Só mesmo uma

metateoria que parta de um pressuposto dedutivo contrário à cooperação pode ignorar esse fenômeno central na vida social e, por isso, um objeto de investigação sociológica.

É importante notar que o vácuo entre as proposições em favor da interdisciplinaridade e sua efetiva experimentação na Sociologia tem a ver com a própria origem dessa ciência. Essa dificuldade tem relação com sua própria afirmação enquanto ciência autônoma, quando, no seu surgimento, a Sociologia rompe com a Biologia, de onde deve suas origens. A necessidade de desnaturalizar o comportamento humano e a vida social foi o motivo desse rompimento. Lembremo-nos de que o surgimento da Sociologia acontece no último quartel do século XIX, quando o movimento de subdivisão e especialização do conhecimento esteve em franca ascendência. Nesse sentido, a autoafirmação da Sociologia impeliu seus fundadores à formulação de um argumento de exclusividade investigativa e negação às explicações de ordem natural.

Seja por esse motivo, seja pelo corporativismo existente em toda área de conhecimento, é mais fácil falar em interdisciplinaridade do que propriamente promovê-la. O próprio desenrolar dos estudos sociológicos levou à emergência de várias “microsociologias”, gerando novos “lugares ao sol” e mais fronteiras nas universidades. O fato é que a Sociologia precisa ser confrontada com esse problema de origem, compreensível e superável. É o que demonstra outro campo totalmente desprezado nos seus manuais, qual seja, a Sociobiologia, como bem demonstraram Lopreato & Crippen (2017), mas também Lacerda (2009) e Lévesque (2014). No interior dessa subdivisão científica, não apenas a compreensão do método interdisciplinar é facilitada. Ali, a exploração de conceitos importantes como cooperação e confiança revela importantes lições à reflexão sociológica, gerando a descoberta de uma “segunda revolução darwiniana”. E, por extensão dessa revelação, é facilitado o entendimento de como é importante recuperar o conceito de desenvolvimento nas Ciências Humanas.

BNCC, CAPITAL SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE

Feitas essas considerações sobre a Sociologia e a necessidade de um olhar ao tema do desenvolvimento, passamos a considerar a necessidade de vincular as preocupações até então expostas às mudanças educacionais propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Amparados nesse novo documento normativo da Educação brasileira, recomendamos a intensificação do método interdisciplinar. Por extensão, acreditamos que a incorporação da

ideia-força do capital social, pela Sociologia, será uma boa oportunidade de demonstrar a exploração de um diálogo mais que interdisciplinar. Procuramos demonstrar que a interpretação sociológica dos fenômenos pode ser intercientífica, aproximando várias ciências em torno do tema do desenvolvimento.

O respaldo da BNCC já seria bastante para justificar nossa recomendação pela interdisciplinaridade e nossa aposta na introdução da ideia-força do capital social. Não obstante, nosso propósito é insistir sobre a urgência de disseminar, no sistema educacional, a preocupação com o desenvolvimento do País, do tipo *bottom up*. Noutros termos, é pelo exercício conceitual e metodológico que o sistema educacional pode demonstrar sociologicamente a capacidade de uma sociedade estimular a ambição de seus cidadãos e gerar riquezas materiais e imateriais. Em nossa perspectiva, a Sociologia não deve continuar ignorando as preocupações com o desenvolvimento local-regional, tema de infinitas possibilidades investigativas, analíticas e cognitivas.

No mesmo contexto, lembramos que desde o processo de redemocratização política, a Educação brasileira priorizou o tema da cidadania, notadamente relativo aos direitos. É algo compreensível, se considerarmos que essa foi a resposta educacional depois de 21 anos de regime autoritário no Brasil (1964-84). Quatro décadas após o fim desse ciclo autoritário, é mais do que necessário retomar as preocupações com o desenvolvimento, um tema que já foi central na Sociologia brasileira. Contudo, não se trata mais do desenvolvimentismo e seus pressupostos de planificação governamental. Nos referimos a novas abordagens, contempladoras da complexa diversidade de características microrregionais, suas necessidades, dificuldades e potencialidades.

Para tanto, a ideia-força do capital social que sugerimos como ponto de partida conceitual, se justifica pela sua característica interdisciplinar e sua remissão à dimensão local-regional. E, nesse aspecto, será importante que a Sociologia perceba a alteração que a BNCC promoveu ao somar o conceito de civismo à já tradicional preocupação com a formação para a cidadania. O importante aqui é potencializar a compreensão da cidadania justamente com a noção de civismo, que diz respeito não apenas aos direitos irrevogáveis dos indivíduos no Estado democrático. O civismo está predominantemente associado à noção de empatia, enfatizada pela BNCC, escorada na UNESCO. E a empatia, por sua vez, está na raiz do republicanismo cívico, fonte indispensável do desenvolvimento local-regional e inerente à ideia do capital social.

O capital social, por sua vez, está relacionado à democracia cívica, ao ser considerado um fenômeno cultural e político constituído por associativismo, solidariedade, cooperação, confiança, diálogo e civismo, como já mencionamos. A literatura é farta, bastando, contudo, a definição do cientista político Robert Putnam, segundo quem, o capital social diz respeito a “características da organização social como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p. 177). Nesse sentido, o termo se insinua como um ponto de partida para o *approach* sobre o desenvolvimento regional-local, reunindo temas voltados à formação da cidadania com o mundo da produção. Isso pode ser potenciado por conteúdos programáticos no Ensino médio e superior. Aproximando cultura, política e economia, a relação do capital social com o desenvolvimento regional pode ser explorada na Educação. Os pressupostos da BNCC autorizam essa busca cognitiva, respaldada nas posições de organismos internacionais, como se vê a seguir:

Por exemplo, nas palavras da Unesco, “braço educacional” da ONU, esta organização “(...) acredita que desenvolver o capital social significa fortalecer a sociedade civil por meio de políticas que promovam mudanças reais na qualidade de vida das populações” (UNESCO, sem data). Por sua vez, um relatório da OCDE sobre a relação entre capital social, capital humano, saúde e educação, esta organização enfatiza o investimento em capital humano, relacionando-o ao capital social. Para tanto, os autores do relatório apoiam-se nos trabalhos do estadunidense Gary Becker, Nobel de economia de 1992. Conquanto advogue pela propagação do capital social e o relacione à formação de capital humano e do desenvolvimento, o relatório reconhece que, até o ano de 2010, ainda havia “pouco conhecimento” sobre essas interações (OECD, 2010, p. 15).

Tudo isso nos conduz à importância do tema do desenvolvimento e seu correlato regional, que são as palavras-chave, por assim dizer, do nosso intuito pedagógico em relação à BNCC. A menção ao capital social é estratégica aqui, mas não exclusiva. Seu significado, assim como termos correlatos, se encaixa muito bem no interior de algumas “competências e habilidades”, tanto quanto entre os “temas contemporâneos transversais”. Integra harmonicamente as próprias “finalidades” do documento. Precisamente o mesmo pode ser dito em relação ao desenvolvimento regional. Nessa correlata perspectiva, vale lançar mão de um levantamento (contagem de palavras) feito a partir de leitura da BNCC. Na forma de

substantivo, verbo ou adjetivo, os termos que compõe conceitualmente o capital social aparecem com frequência no texto da BNCC, assim como as referências aos termos “regional” e “local”. Veja-se o quadro abaixo:

**Busca de palavras na Base Nacional Comum Curricular:
ligação conceitual com o capital social**

Quadro 3

<ul style="list-style-type: none"> • “Cooperação”: 26 vezes • “Diálogo” (como sugestão comportamental, de conotação política): 62 vezes • “Solidariedade”: 35 vezes • “Colaboração” (com o próximo): 132 vezes • “Comunidade” (civismo): 210 vezes • Total: 465 menções de termos conectados a uma ideia-força: o capital social • <i>PS: “Região”: 137 vezes e “Local”: 157 vezes</i>

BNCC, DESENVOLVIMENTO E INTERDISCIPLINARIDADE

A introdução da temática do desenvolvimento e por extensão, da sua dimensão local-regional nos parece essencial. Por isso, propomos uma Sociologia do desenvolvimento regional, tratando de sugerir a definitiva aproximação da economia com os temas relacionados à formação para a cidadania. Sempre lembrando a necessidade de bem interpretar a BNCC e considerar as suas recomendações, entendemos que as preocupações com a produtividade e a competitividade do País e de suas unidades federativas não devem ser ignorados pela Sociologia. É o tipo de preocupação que a BNCC expressa ainda de modo formal, mas que segue as diretrizes da UNESCO, que é o órgão da OCDE para os assuntos educacionais e responsável pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

É desse modo, propositivo, que apresentamos uma postulação pelo desenvolvimento regional nas abordagens das Ciências Humanas. Seja em nome das necessidades estratégicas do País, seja pela descentralização federativa e potenciação dos locais e das regiões ou em respeito às aspirações dos estudantes e seus projetos de vida, esse desafio não deve ser negligenciado pela Sociologia. Em função de toda a legítima aspiração expressa na BNCC, é imprescindível construir uma Educação republicana e competitiva, capaz de expandir a cultura

ao mesmo tempo democrática e produtiva, concomitantemente regional e universal. Notadamente permeados pela convergência sistêmica dos conceitos de capital social e capital humano, é claramente possível estimular uma abordagem que harmonize os objetivos da formação cidadã com a formação para o mundo do trabalho, recomendados pela BNCC e respaldados pela Unesco. Com todas as ramificações interdisciplinares que estes dois conceitos permitem, eles poderiam ser o ponto de partida de uma renovada Sociologia introdutória, adaptada às necessidades educacionais do século XXI.

AS COMPETÊNCIAS COM O TEMA DO DESENVOLVIMENTO E UMA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

As competências que a BNCC estabelece para as ciências humanas e sociais aplicadas permitem aproximá-las da Sociologia e das ciências humanas com outras ciências, entre elas a Economia e o conjunto das ciências naturais. As noções importantes vinculadas ao conceito de desenvolvimento, como capital social e capital humano, entre outros, são de fácil inserção com essas competências. Notadamente, a dimensão local-regional, ou, se quisermos, territorial, do conceito de desenvolvimento está igualmente amparada na BNCC. Não menos do que isso, nossas preocupações com o tema do desenvolvimento coincidem com os compromissos de organismos internacionais comprometidos com a promoção do desenvolvimento, como a OCDE e a Unesco.

Também consideramos importante pensar o próprio ambiente educacional e ressaltar que os temas relacionados ao desenvolvimento e a interdisciplinaridade como orientação metodológica são facilitados pelas metodologias ativas. Como devemos saber, trata-se de práticas de ensino-aprendizagem cujo foco está voltado ao protagonismo dos estudantes, orientando-se pela premissa do “aprender fazendo”. Seus pressupostos remetem ao pragmatismo do conhecido filósofo estadunidense John Dewey (1859-1952). O autor é conhecido nas teorias da Educação pela sua defesa de uma Educação que estimulasse justamente a participação dos alunos, porque acreditava na imperiosa necessidade de estimular a cultura dialógica e participativa (FRANCO, 2017, SCHMITZ, 1980). Nessa linha, novamente, se encaixa a ideia-força do capital social, com todos os conceitos que a configuram.

E, finalmente, advogamos em favor de uma Sociologia econômica que entendemos deva ser prioritariamente considerada, não apenas pelas nossas ilações, mas também pelas

recomendações da BNCC Através do conceito de imersão (*embededness*), Mark Granovetter (2014) nos ajuda a argumentar em favor do *approach* entre Sociologia e economia, desaguando no tema do desenvolvimento. A ideia resume o próprio significado da Sociologia econômica, qual seja, o de “aplicação das ideias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos” (SWEDBERG, 2004). Nessa perspectiva originalmente weberiana, a tese central de Granovetter é a de que, assim como outras ações humanas, as econômicas estão imersas em ambientes sociais que interferem nas decisões dos agentes. Naturalmente, isso converge com nosso argumento de que a Sociologia aumentaria sua utilidade no ensino médio ao demonstrar fatores de prosperidade econômica sociologicamente interpretáveis. E harmoniza claramente com a importância de temas como o capital social e, ao largo deste, do fenômeno da cooperação e sua relação com o desenvolvimento.

Vale dizer, a Sociologia econômica é um ramo da Sociologia do desenvolvimento. Enquanto a primeira se define nas palavras acima e está relacionada diretamente às influências sociológicas na economia, a Sociologia do desenvolvimento contempla outros fatores para além da economia. Nesse sentido, os fatores de ordem ambiental, geográfico, socioeconômico, além dos fatores políticos institucionais e as políticas públicas tornam o conceito de Sociologia do desenvolvimento mais abrangente, conquanto convergente com os propósitos investigativos da Sociologia econômica. O que precisamos insistir aqui é justamente esse caráter de convergência, algo que não está presente na Sociologia que conhecemos nos manuais. E sem uma Sociologia econômica, o propósito geral da BNCC não atinge o alcance necessário.

Com base nos seus pressupostos, a implantação do Novo Ensino Médio (NEM) está comprometida com a ideia do “projeto de vida” de cada estudante. Além da recomendação metodológica pela interdisciplinaridade, as diretrizes do documento norteador da Educação brasileira tem em mente o princípio da conjunção autonomia-empatia. São dois aspectos importantes, tanto em relação à formação para a cidadania e o civismo, como são em relação ao mundo do trabalho. As demandas que a Sociedade expressa para o mundo da vida e em relação à democracia também refletem as necessidades no mundo da economia (MARTES, 2014; SWEDBERG, 2014 e também MARTINELLI, 2014).

Se as preocupações com a economia puderam, por interpretações discutíveis, ser menosprezadas pela Sociologia introdutória dos manuais do ensino médio até pouco, agora isso já não tem a menor justificativa. Ao considerar a leitura dos denominados Temas

Contemporâneos Transversais (TCT) recomendados pela BNCC, é fácil observar mudanças importantes em relação ao que era sugerido antes do atual documento da Educação (BRASIL, 2019). Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997, havia forte ênfase nos direitos individuais, o que é absolutamente natural. Não obstante, agora e finalmente, observa-se a consideração de dois macrotemas que passam a compor os TCT. Um deles é a Economia e o outro é o binômio Ciência e Tecnologia.

Até hoje, a Sociologia dos manuais só produziu argumentos de rejeição ao sistema econômico no qual jovens egressos do ensino médio precisam, e normalmente desejam, ingressar. É integrando-se ao mundo do trabalho que os jovens iniciam, efetivamente, seus projetos de vida. E, juntamente com as noções de cidadania e civismo, é a formação para o mundo do trabalho que os prepara para a mais importante conexão com o mundo da vida. Se ao menos o ensino médio nacional tivesse oferecido até hoje uma disciplina de Economia e outra de Política, cada uma poderia ter contemplado temas como o cooperativismo e o associativismo. Isso sem falar em outros tantos conceitos de significados que sistemicamente convergem para esses dois campos importantes da vida do jovem. Além de tudo, estudantes teriam tido a opção de escolher entre argumentos de adaptação ou negação às instituições econômicas e políticas do Ocidente. Mas, só tem a Sociologia.

Nessa direção, o Novo Ensino Médio gera uma oportunidade de renovação da Sociologia, uma vez orientado pelos pressupostos da BNCC e dos Temas Contemporâneos Transversais. Mesmo com toda a indisposição de muitos professores de Sociologia, a homogeneidade interpretativa na formação sociológica poderá ser criativamente destruída e gerar inovação nas Humanidades. Novas e ampliadas conexões interdisciplinares e intercientíficas produzirão abordagens na perspectiva sistêmica, quebrando a hegemônica, quando não exclusiva, premissa da conflagração social e da negação às instituições do Ocidente nas abordagens sociológicas do Ensino Médio. E, com foco no desenvolvimento e suas especificidades territoriais, novas abordagens incluirão conceitos como capital social e capital humano, até então praticamente inexistentes na Sociologia introdutória brasileira. Com tudo o que mais vier a partir daí, o reconhecimento sobre a importância vital da economia virá e contribuirá com a expansão da noção de cidadania. Então, para além de uma Sociologia da distribuição, teremos também uma Sociologia da produção de riquezas e bem-estar social para muito além dos limites sociologicamente sugeridos até agora.

SOCIOLOGIA DA PRODUÇÃO

Sugerir uma Sociologia da Produção pode parecer um tanto antiquado, porque vai na contramão de uma bem assentada Sociologia crítica à Sociedade industrial. Poderia até mesmo ser acusado de sugerir uma Sociologia reacionária, mas se trata, na verdade, de expressar a preocupação com os estudantes e seus projetos de vida, além de uma inquietação com o futuro do País e das regiões. Trata-se, antes mesmo, da percepção sobre a ausência de um interesse sociológico com o tema do desenvolvimento de um ponto de vista da produção de riquezas. Como afirmamos até aqui, a Sociologia dos manuais do ensino médio se caracteriza por uma Sociologia propositiva à distribuição, a partir da denúncia de que as desigualdades seriam causadas pelo modelo econômico que vivenciamos, alicerçado nas instituições que o representam. É o velho marxismo de fundo, denunciando as contradições da infraestrutura, refletidas na superestrutura da Sociedade Ocidental. E, na ausência de uma solução radical, a Sociologia se põe a defender o Estado de bem-estar social e de direitos.

Não há dúvidas quanto à importância do *Welfare State*. Ao contrário, o consideramos aqui o melhor produto político da democracia ocidental, sendo o resultado da evolução das instituições políticas do Ocidente e portador de suas contradições. Evidentemente, isso não isenta o Estado provedor das falhas que lhe são imputadas, porque o melhor resultado da crítica tende a ser o revigoração periódico do modelo, a partir do apontamento e da correção dessas contradições. Nessa linha, diga-se, sua contradição geral é sua tendência a se tornar custoso e comeder a produção econômica por meio da tributação excessiva. E a incongruência da Sociologia em sua defesa é ignorar essa contradição, ao defender o Estado provedor e ignorar que a fonte dos recursos é a economia produtiva. É como basear a análise na premissa de que a fonte dos recursos à promoção da justiça é inesgotável e superconcentrada. Diante disso, a distribuição dos recursos existentes seria o suficiente. Nossa crítica é a de que a Sociologia não reconhece que a economia produtiva é fundamental ao bem-estar, que todo país precisa de alto foco na produtividade e que jovens estudantes do ensino médio e universitário merecem saber disso.

Nessa perspectiva, a valorização do tema do desenvolvimento é indispensável, incluindo sua dimensão local-regional. Sua inserção é mais que necessária no conteúdo das Humanidades no Ensino Médio e em ementas de disciplinas do Ensino Superior, a começar pelas Humanidades. E essa verdadeira imersão no tema do desenvolvimento será claramente

respaldada pela Base Nacional Comum Curricular, focada na formação para a cidadania e o civismo, além da formação para o mundo do trabalho. A exaltação à temática do desenvolvimento é igualmente necessária porque, como dissemos, estudantes secundaristas e universitários precisam de uma noção sobre a relação entre desenvolvimento econômico, político e educacional e a geração e manutenção do Estado de bem-estar social. A relação é recíproca, ou seja, não há bem-estar social e garantia de direitos sem a promoção do desenvolvimento. Capacidade produtiva é a condição básica e isso requer estabilidade política, incentivo à produção, incluindo educação focada no desenvolvimento. Por outro lado, é claro, o Estado de bem-estar potencia as condições do desenvolvimento com políticas e direitos.

Por extensão, é preciso advertir que uma noção amplificada do desenvolvimento de uma Sociedade requer o exercício constante de relações interdisciplinares. Os Estudantes precisam saber das inúmeras relações, profícuas ou danosas, entre cultura, política e economia. Há um macrocosmo de fenômenos e conceitos nas relações entre essas três esferas, parcialmente distintas, mas absolutamente confluentes. Devidamente correlacionadas, permitem um entendimento interdisciplinar e, portanto, amplificado sobre as razões que levam à prosperidade ou geram obstáculos para chegar a ela. E, sem tergiversação, é preciso insistir em ultrapassar as fronteiras de diferentes áreas do conhecimento. A convicção disso está na clara percepção que procuramos demonstrar neste ensaio sobre como a aproximação entre a Sociologia e as ciências naturais pode gerar novas sinapses. Isso, sem falar da premência de aproximar a Sociologia da Economia, cujo distanciamento corresponde a uma verdadeira “cratera” na formação dos estudantes.

Nessa perspectiva, a abordagem temática do desenvolvimento compreende um largo território nesse universo temático das relações entre cultura, política e economia (HARRISON; HUNTINGTON, 2002; também, HERMET, 2002). Não obstante, as analogias com as interpretações das ciências naturais potencializarão a compreensão sobre como as sociedades humanas se desenvolvem e encontram soluções aos seus problemas. É tão simples quanto evidente, mas, para isso, a Sociologia precisa atravessar suas fronteiras, superar o corporativismo, os preconceitos e o excessivo engajamento moral. Boas intenções já produziram maus resultados no mundo das ideias e o engajamento em abordagens exclusivistas e moralistas gera o mesmo problema das especializações, isto é, a fragmentação do entendimento. É tipicamente o que percebemos quando, por exemplo, as instituições ocidentais

são irascivelmente criticadas em nome da diversidade e do multiculturalismo. Comumente, seus críticos denunciam a opressão sem a mínima percepção de que são essas mesmas instituições morais e legais que permitem a crítica e asseguram graus de liberdade e justiça social como em nenhum outro lugar ou tempo. Sempre em evolução, as instituições liberal-democráticas do Ocidente contém o próprio gene das aspirações por igualdade, liberdade e justiça, incluindo a diversidade e o multiculturalismo.

NEOEVOLUCIONISMO

Não deveria ser difícil à Sociologia ou à História reconhecer que, impulsionada pelas necessidades dos agentes econômicos em busca de consumidores, a tão criticada economia de mercado favorece a diversidade e o multiculturalismo. Fica evidente que é possível aproximar, interdisciplinarmente, a Sociologia da Economia para explicar esse fenômeno e tratar a lenta e progressiva materialização dessas justas demandas como a própria evolução cultural das instituições. Mais que isso, é perceptível que, por interesses de mercado, a expansão das liberdades e a adesão ao multiculturalismo e à diversidade sejam facilitadas pelo capitalismo e suas instituições dinâmicas. E quando cientistas sociais, entre outros, perceberem que a defesa da diversidade e do multiculturalismo tem uma correspondência analógica com o que encontramos na natureza, será difícil ignorar honestamente a necessidade de aproximação com as ciências naturais, através do neoevolucionismo.

Já está claro no chamado neoevolucionismo das ciências naturais que são múltiplos, diversos e incomensuráveis os caminhos da evolução das espécies (MACLAUGHLIN, 2016). Tão criticada pela Sociologia, a ideia de um caminho evolutivo único defendida pelo darwinismo social está absolutamente superada. Os caminhos são multilíneares, dependendo das necessidades e circunstâncias, que podem inclusive proporcionar longos períodos de estabilidade, sem desenvolvimento. A mesma coisa se pode dizer em relação às sociedades humanas. Entretanto, é preciso encarar o fato de que a propensão às mudanças sociais é quase uma universalidade. E, considerando o que as ciências naturais nos ensinam acerca da diversidade de formas de evolução, o mesmo se pode aplicar em relação aos estudos sobre o desenvolvimento local-regional. A potenciação das pesquisas sobre o desenvolvimento no nível micro territorial pode muito bem atestar a diversidade, um tema caro na Sociologia

contemporânea. E o correlato dessa diversidade cientificamente demonstrável no mundo da natureza só tende a legitimar a sua existência no mundo social.

Por último, é preciso lembrar com a mesma insistência: o neoevolucionismo que já se insinua na Sociologia mundo afora também desmonta a premissa mais importante do darwinismo social, segundo a qual a evolução seria marcada pela luta sangrenta em que vence o mais forte, o mais esperto ou o mais cruel. Isso já é um mito há muito tempo, mas parte da Sociologia ainda trata isso como um argumento a ser combatido. Nessa perspectiva, o que se comprova na natureza, via simbiose e diferenciação, tem um correlato na Sociedade, via cooperação e desenvolvimento. Porém, não se trata do erro moral de excluir a competição como um fator de evolução na natureza ou no mundo social. Substituir uma premissa pela outra seria um erro de proporções semelhantes ao que fez o darwinismo social. O que a chamada segunda revolução darwiniana nos traz, ao largo de uma compreensão multilinear, é a demonstração evidente de que a luta pela vida é uma metáfora cujo sentido é majoritariamente constituído pela cooperação entre os seres vivos.

Nessa perspectiva, também não se trata de sugerir a substituição das teorias do conflito por uma interpretação sistêmica cuja ênfase estivesse exclusivamente nos processos de cooperação. À diversidade social e de circunstâncias deve corresponder uma heterogeneidade interpretativa, capaz de identificar os conflitos, mas também as convergências. Por uma última vez, é preciso reivindicar isso em nome dos estudantes. Se eles têm o direito de identificar as contradições e os conflitos que geram as desigualdades sociais, também lhes é de direito entender os mecanismos de convergência e cooperação que geram a prosperidade. Então, é necessário que a Sociologia abra espaços interpretativos que permitam aos seus iniciados uma compreensão sociológica correspondente ao que acontece no mundo da natureza. E essa correspondência é a cooperação para o desenvolvimento.

Então, finalmente, um professor de Sociologia senta à mesa e inicia uma conversa com o professor de Biologia. Ele resolve confidenciá-lo de sua convicção, tal qual fora a do geógrafo anarquista russo Piotr Kropotkin (2009) há mais de um século, qual seja: a cooperação seria a chave da sobrevivência humana e, por extensão, do desenvolvimento das sociedades. Seja do ponto de vista econômico, político ecológico e moral, em suma, o desenvolvimento sustentável na direção do bem estar depende de ações sistêmicas, interdependentes, o que Durkheim chamou de solidariedade e aqui chamamos de cooperação. E essa perspectiva o autorizaria a

trabalhar o conceito de capital social como uma ideia-força elementar na Sociologia e que, de algum modo, ele suspeita que haja uma correlação desse fenômeno social com o mundo da natureza não humana.

Ao que o biólogo interessadamente lhe responde que sim, é o que a BNCC está recomendando, poderiam pensar juntos, sim, em cooperação interdisciplinar. Mais, a BNCC explica como essas duas áreas do conhecimento humano poderiam abordar isso de maneira a que os alunos de ambas as disciplinas pudessem compreender essa relação analógica entre a Sociedade e o meio ambiente. E que, a partir dessa convergência intercientífica, poderiam orientar os projetos de vida dos seus alunos, focando na formação para a cidadania e para o mundo do trabalho. No que o professor de Ciências concorda que analogias assim são plenamente possíveis na Química, demonstrando como biomoléculas complexas – olha a diferenciação aí, é teoria da evolução – surgiram pela associação física de substâncias químicas, ao que o professor de Matemática concorda que a evolução da cooperação pode ser explicada de forma lógica através da teoria dos jogos – já ouviram falar?

Ai, o professor de História, atento e um pouco relutante, adverte que o conflito está na Sociedade como no mundo animal, mas admite que seria possível estudar a história do cooperativismo e da economia solidária usando o conceito de capital social, no que o professor de Filosofia ressalva, com autoridade, a importância de relacionar conceitos como a amizade, o diálogo e a participação política na promoção do desenvolvimento das sociedades, já se o dizia na Filosofia clássica. E que, a partir e através dessa compreensão sistêmica, integrada, isso viesse a amplificar a compreensão dos alunos sobre como cada um se integra na Sociedade e como o esforço cooperativo de cada indivíduo pode contribuir para o bem-estar geral e como isso volta em retribuição a cada um e que isso poderia levar todo estudante a olhar inclinado com a mão no queixo e afirmar: “agora sim, agora tudo faz sentido”.

SOCIOLOGIA ÚTIL

Por último, nos cabe insistir no compromisso axiomático de toda ciência, qual seja, o de ser útil à Sociedade. A Sociologia precisa estar igualmente circunscrita a esse compromisso e não há dúvidas de que historicamente o fez. Absolutamente nada do que constitui as ideias sociológicas atuais deve ser excluído, da mesma maneira que a Sociologia não pode excluir temas que expressem a diversidade de preocupações da Sociedade. Menosprezar o interesse

pelas causas da produtividade e do desenvolvimento, assim como pelos obstáculos à prosperidade é, no mínimo uma omissão. Omitir é um ato deliberado e, nesse caso, corresponde a excluir, por decisão moral, temas que sociólogos julgam não ser de importância aos estudantes. Na Sociologia hegemônica expressa nos manuais, está subentendido que produção, produtividade, empreendedorismo, inovação, desenvolvimento, tecnologia e capital humano representam conceitos acríticos que encobrem as mazelas da economia de mercado. Muitos sociólogos brasileiros acreditam que o compromisso moral de denunciar essas mazelas constitui a única utilidade social de seu campo de conhecimento. E a hegemonia desse pensamento retirou a Sociologia da esfera da ciência e a realocou no campo da moral, onde é preciso escolher entre o bem e o mal. Não é preciso lembrar em que lado estariam os conceitos acima mencionados.

Se a Sociologia não sucumbir como um subcampo de alguma outra ciência, será por duas razões, ao menos. Uma é a de ter recobrado sua função primordial, algo reivindicado pelo sociólogo José de Souza Martins (2020), ao denunciar a distração dos sociólogos brasileiros e a invasão da ideologia: a de analisar e entender a mudança social, ao invés de julgá-la e orientá-la. Outra é a de promover uma aproximação interdisciplinar sem temores, como sugeriram Lopreato e Crippen (2017), entre outros. Isso inclui, sobremaneira, a disposição de aceitar uma reaproximação entre natureza e cultura, refletida no neoevolucionismo. Isso implica, inclusive, a aceitação da economia como ela é e não a sua rejeição moral, enquanto tudo o que querem jovens estudantes é incluir-se nela, precisando saber como funcionam os mecanismos econômicos e como se preparar para a almejada inclusão. Por extensão, será necessária uma leitura igualmente sem preconceito da BNCC. Seguramente não faltam autores criticando a BNCC com as acusações estereotipadas de que o documento é acrítico e está comprometido exclusivamente com a formação para o mercado, que incentiva a profissionalização precoce e que é orientado pelos valores neoliberais etc. (CALEGARI, 2023; também GRABOSKI, 2018).

Existem problemas relacionados à BNCC e isso é inegável. E, conquanto mereçam o devido debate, os que saltam aos olhos dizem respeito às dificuldades de implantação, à falta de estrutura, à falta de formação e preparo adequado que deveria ser oferecida aos professores. Afinal, não é algo simples promover uma mudança metodológica orientada pela interdisciplinaridade e, em boa medida, por metodologias ativas que partem do pressuposto do “aprender fazendo”. Esse choque cognitivo e metodológico requer sensibilização, treinamento

e condições ambientais, é tarefa de governos. Entretanto, quanto aos seus pressupostos, a BNCC está em sintonia com as políticas das nações democráticas e as recomendações de educadores e entidades internacionais diretamente comprometidas com a educação e o desenvolvimento dos povos, como é o caso da UNESCO.

Na verdade, a função que a BNCC expressa e recomenda aos educadores é exatamente o que compete a todo o sistema educacional: advertir e preparar os estudantes para os desafios que enfrentarão no mundo adulto. A formação dos estudantes precisa estar voltada à flexibilidade e à versatilidade, para a melhor adaptação possível e não para a rejeição ao futuro. Em função dos avanços tecnológicos, o futuro dos estudantes não será previsível como antes e isso reclama mentalidade predisposta às mudanças rápidas. Não é prudente imaginar que a Educação possa frear a história. É um erro afirmar que o documento norteador da Educação brasileira expressa orientações exclusivamente mercadológicas. É como se os formuladores da BNCC fossem “agentes do capital”, algo sem cabimento. Por outro lado, também não se espere que educadores combatam as “mazelas” materiais e imateriais da Sociedade e sejam os “agentes de transformação” social. O que de fato cabe a professores, de todas as áreas, é preparar os estudantes para a vida adulta. E isso está claramente expresso nos dois principais objetivos da BNCC, respaldados na Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB): a formação para a cidadania e o civismo e a formação para o mundo do trabalho. O que poderia haver de errado nisso?

Para alguns críticos da BNCC, talvez muitos, a resposta provavelmente expressa a mesma postura manifesta por sociólogos, filósofos, pedagogos e historiadores na década de oitenta do século XX, qual seja, a de que o compromisso da Educação é formar para a cidadania e não para o mercado de trabalho. Talvez isso nos ajude a entender, parcialmente, por que os estudantes brasileiros não conseguem tirar o País das últimas colocações nas avaliações periódicas do PISA. No fundo e nas entrelinhas, manifesta-se aqui o permanente mau humor com a dura realidade, qual seja, a de um mundo competitivo manifesto nas regras da economia, que seria a “fonte de toda a desigualdade”. Concordemos com isso ou não, sociólogos brasileiros atuais, fomos todos assim ensinados.

É verdade que a história da humanidade seja manchada de injustiças e desigualdades de todo o tipo. Da mesma forma, é preciso reconhecer que a história do Brasil não contribui para amenizar esse quadro. Em tempo, reconheça-se que foi o esforço investigativo e docente de

sociólogos, historiadores, filósofos e geógrafos que nos proporcionou o entendimento disso. O Brasil continua sendo um país vergonhosamente desigual, mais ali, menos aqui e injusto, um “Brasil inevitável”, nas palavras do sociólogo brasileiro Mércio Gomes (2019). E isso não pode deixar de ser denunciado, bem o fazem as Humanidades. Temos um histórico de injustiças das elites e uma grande mágoa decorrente daí se expressa nas entrelinhas da alma brasileira pela Sociologia. Não é algo mensurável, nem sempre declarado, mas está ali: o ressentimento de uma história de escravidão e uma eterna sensação de usurpação, grilagem e violência do coronelato.

IR ÀS PROFUNDEZAS

Sociologicamente, já fomos às profundezas da antropologia política e econômica de onde se origina a nossa realidade nacional. Mas, em função das ferramentas analíticas e teóricas que escolhemos para essa “arqueologia”, ainda não encontramos, quando não ignoramos, algumas respostas e superestimamos outras, reduzindo nosso escopo crítico. De um lado, miramos muito nos agentes econômicos, no capitalismo financeiro, subentendemos as elites empresariais como sonegadores de impostos e donos de um poder político que não é tão grande quanto se presume. De outro lado, evitamos cavar o subterrâneo da constituição do Estado brasileiro. Ali, não encontraremos a exploração do capitalista sobre o trabalhador ou coisa que o valha. Ali, esbarraremos com o patrimonialismo, o corporativismo, além da mentalidade extrativista e medieval, segundo a qual não é o Estado que serve a Sociedade, mas o contrário. Ali, constataremos que o conflito central não é entre duas classes, mas entre a Sociedade produtiva e o Estado patrimonialista-extrativista.

Parece haver um receio latente de que isso libere a fera do “neoliberalismo” e alimente sua crítica feroz ao Estado, em favor da economia de mercado. Passamos ao largo das advertências do jurista Raymundo Faoro sobre o estamento burocrático que permeia os três poderes com prebendas que explicam “porque o Brasil cresce pouco”, nas palavras do economista Marcos Mendes, em seu livro homônimo à frase (MENDES, 2014). A Sociologia brasileira evita lançar provocações que ponham em risco a concepção do Estado como o ator do desenvolvimento e agente exclusivo de combate às desigualdades. Sociólogos brasileiros não demonstram aptidão em se indagar sobre auxílio saúde, moradia, livro, paletó, licença remunerada para estudar no exterior, nem sobre salários imorais de juízes e aposentadorias

acintosas ao trabalhador brasileiro. Afinal, um importante fator em comum o estamento burocrático tem com a elite sociológica brasileira: são todos servidores do corpo do Estado.

Na Sociologia brasileira, é improvável que venham a surgir perguntas sobre as condições culturais que fizeram surgir grandes empresas ou que favorecem o aparecimento de *startups*. Não desperta o interesse da Sociologia entender as condições antropológicas que permitem o surgimento do cooperativismo e explicam sua expansão no Brasil. Tampouco há interesse em estudar as condições sociais no interior das quais surgem o empreendedorismo e a inovação. Menos provável ainda é que algum sociólogo tenha levantado, algum dia, a hipótese de que as políticas sociais não sejam a exclusiva maneira de combater a desigualdade. Não se percebe a relação entre empreendedorismo privado, geração de riquezas e oportunidades, de um lado, e combate às desigualdades sociais, do outro. Nem passa pela cabeça, porque os olhos estão presos à anacrônica – porque exclusiva – premissa da conflagração social e da necessária intervenção estatal.

Evidentemente, faltam disposição e método para enxergar o que está oculto pelos padrões interpretativos da Sociologia hegemônica no Brasil. As ferramentas que nos desviam de problemas como o patrimonialismo e as instituições extrativistas são as mesmas que nos impedem de alcançar as conexões virtuosas entre a Sociologia e os fatores sociais geradores de produtividade e riqueza. Uma mudança assim de foco necessita de aproximação com o neoevolucionismo e, então, a interdisciplinaridade sem medo avançará para a condição intercientífica. Isso abrirá novos campos de estudos aproximando a Sociologia dos temas da economia produtiva, do desenvolvimento e das conexões explicativas entre o mundo humano e o ecossistema do qual sempre fizemos parte. E, na esteira disso, abriremos uma virtuosa e infinita dimensão para o entendimento sobre a diversidade de ramificações pelas quais é possível construir ambientes de desenvolvimento.

A abertura para uma nova compreensão sistêmica representará a quebra de alguns preconceitos e a superação de muitas limitações interpretativas. Levará a Sociologia a atravessar fronteiras que nos tragam novas interpretações sobre o mundo empresarial, o empreendedorismo, a inovação, a ciência e a tecnologia e ao binômio cooperação-competição, incentivando jovens a vislumbrar perspectivas aos seus projetos de vida. Possibilitará a inserção de importantes temas como confiança mútua, ajuda mútua, civismo entre outros fenômenos e conceitos que estão vinculados a teorias do desenvolvimento regional. E, finalmente,

precisamos entender que uma macro-Sociologia, por assim dizer, perdeu a capacidade de controlar interpretações unívocas sobre realidades diversas ao infinito.

SOCIOLOGIA REGIONAL

A Sociologia, assim como outros campos do conhecimento, sempre terá a capacidade de oferecer alguma base conceitual comum. Mas, de resto, divide-se a ciência da Sociedade em cinco regiões ou 27 estados brasileiros. É algo que, mesmo timidamente, a própria BNCC já sugere e os documentos similares estaduais são a representação inicial disso. Claro, porque os principais problemas ou virtudes de uma unidade federativa não são necessariamente os mesmos de outra. Além disso, os problemas em comum têm diferentes magnitudes e variam de região para região. Entre tantos fenômenos, as relações entre capital e trabalho, os níveis de desigualdade, de autoritarismo, de republicanismo, corrupção ou ambição material podem diferir notavelmente de uma microrregião para outra. E quem garante que os autores de um manual de Sociologia escrito no eixo Rio-São Paulo conhecem a realidade de qualquer estado brasileiro? Como turista é uma coisa, como sociólogo é bem outra. Já dizia o sociólogo Max Weber que escreve melhor sobre a realidade quem escreve sobre onde vive.

Afinal, entre tudo o mais que possa ser dito, aspirações e obstáculos, o século XXI poderá se constituir como o palco histórico de novos e definitivos caminhos para o desenvolvimento, assim como pela consolidação política da diversidade cultural. Se for possível concordar que o desenvolvimento e o respeito à diversidade sejam duas demandas universais, então as ciências em geral precisam se abrir à dimensão local-regional dos problemas e estudar com foco no desenvolvimento. A escolha dos objetos sempre será livre, mas o compromisso categórico da Sociologia deve se pautar pela utilidade à Sociedade. E sua principal aplicabilidade deveria ser a de estudar o fenômeno do desenvolvimento, como já foi um dia. Só que agora deve fazê-lo na perspectiva do neoevolucionismo, qual seja, a de estudar a ampla diversidade de caminhos para o desenvolvimento (SZTOMPKA, 1998; também TURNER & MACHALECK, 2018, WHITE, 1949, apud DALGALARRONDO, 2013).

Não obstante, ao largo dessa dimensão local-regional conectada com os valores globais, a convivência harmônica entre humanidade e natureza demandará conexões interdisciplinares e intercientíficas. O tema do desenvolvimento e sua dimensão local-regional é igualmente repleto de tais conexões. Desse modo, a perspectiva de um entendimento sistêmico, isto é,

interdependente dos fenômenos e das ações humanas, é bastante facilitada pela interdisciplinaridade. Isso já está em curso, inclusive na Sociologia da ecologia, por aproximação com o neoevolucionismo. Todavia a receptividade geral dos cientistas sociais a essa interlocução ainda é incerta. À Sociologia brasileira não pode estar alheia a isso.

Portanto, a compreensão da complexidade dos desafios do século XXI reivindica o uso do método interdisciplinar. Do mesmo modo, a compreensão e a preservação da diversidade das formas de vida é por si só inspiradora ao referido método. Por essa mesma razão definitiva, é preciso foco no desenvolvimento local-regional. Estudar, pesquisar, interpretar e escrever, com a finalidade de trazer essa dimensão da vida social para as salas de aula. Cabe observar, inclusive: nessa perspectiva de atenção aos contextos locais-regionais, trata-se de preservar a diversidade das identidades comunitárias, que não anulam, mas se sobrepõe às identidades grupais. Quando advogamos pela diversidade cultural, estamos nos referindo ao senso de pertencimento territorial, onde todos se sentem iguais por aquilo que construíram e preservam coletivamente, por gerações. E é essa a fonte mental do desenvolvimento, sem cor, gênero ou família, de onde se origina o orgulho de ser e pertencer.

O senso de pertencimento territorial é também a fonte de combate às desigualdades. Onde há um povo, há solidariedade pautada pela identidade coletiva e é dela que locais, regiões e nações extraem os valores que orientam os indivíduos na busca de suas realizações. É certo que isso não acontece assim, poeticamente, o tempo todo e em todos os lugares. Mas, sempre é possível identificar o conjunto de valores comuns que compõe a identidade coletiva de uma sociedade. Entre eles, encontram-se os fatos sociais que mais fortalecem os laços de solidariedade e é recomendável potenciá-los. Assim, identificamos e potencializamos o capital social de cada comunidade local-regional, sabendo que o capital social é tanto um componente importante para o capital humano como para a promoção do desenvolvimento. Essa é justamente a maior utilidade de um sistema educacional, isto é, de potencializar bons valores que produzem bons resultados coletivos. Simplesmente, é isso que a Sociologia pode fazer e então continuará sendo útil à Sociedade e perdurará legitimamente como uma ciência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. M. de; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. Sociologia: volume único, ensino médio. São Paulo, Sipione, 2013.

BIRKNER, W. M. K.; BARBOSA, A. C. A.; KONELL, V. Capital social e interdisciplinaridade. *Maiêutica*, v. 6, pp. 97-113, 2020.

BIRKNER, W. M. K. e BAZZANELLA, S. L. Evolucionismo e interdisciplinaridade na sociologia brasileira: onde está o desenvolvimento regional? In *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional da FURB*. Blumenau, 7 (3), pp. 05-26, 2019.

BIRKNER, W. M. K. e BAZZANELLA, S. L. Introdução a uma Sociologia da Produtividade. In *Desenvolvimento em Questão*, v. 16, p. 42-68, 2018.

BIRKNER, W. M. K. O capital no século XXI: (resenha). *Revista de Desenvolvimento em Questão da Unijuí*. Vol. 13, n. 32, pp 334-43, 2015.

BIRKNER, W. M. K. A imaginação econômica. In: *Revista Húmus*, v. 08, p. 92-102, 2013.

BIRKNER, W. M. K.; BAZZANELLA, S. L. Antropologia do desenvolvimento: relações entre cultura, política e economia. *DRd*, v. 03, p. 27-51, 2013.

BIRKNER, W. M. K. Capital social em Santa Catarina: o caso dos fóruns de desenvolvimento regional. Blumenau, Furb, 2006.

BOEIRA, S. L.; BORBA, J. Os fundamentos teóricos do capital social (resenha). In: *Ambiente & Sociedade*, vol. 9, n. 01, Campinas-SP, Jan/jun. 2006.

BOMENI, Helena; MEDEIROS, Bianca Freire et al. *Tempos modernos, tempos de sociologia*. São Paulo, Editora do Brasil, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica Coordenação-Geral de Temas Transversais da Educação Básica e Integral Coordenação-Geral de Inovação e Integração com o Trabalho. *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos*. Brasília – DF, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf.

BRASIL. Base Nacional Curricular Comum. Brasília, Ministério da Educação, 2ª revisão, 2016.

BRASIL. Guia de livros didáticos: PNLD-2015: sociologia: ensino médio. Brasília, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica/**Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**, 2014.

CALEGARI, Celso. Entrevista por Fernando Cássio. In FEPESP – Federação dos Professores do Estado de São Paulo, 28/02/2023. Disponível em: <http://fepesp.org.br/noticia/27-02-23-hoje-e-assembleia-do-senac-amanha-sesi-senai-o-debate-sobre-o-novo-ensino-medio-mantem-ou-revoga-e-mais-educacao-pesa-na-inflacao-pejotizacao-de-professores-e-um-ano-de-guerra-na-ucran/#:~:text=A%20reforma%20do%20ensino%20m%C3%A9dio,dura%C3%A7%C3%A3o%20que%20substituem%20contate%C3%BAdos%20escolares>. Acesso em 28/02/2023.

DALGALARRONDO, Paulo. Natureza e Cultura na Definição e Delimitação do Humano: Debates e disputas entre antropologia e biologia. Tese de doutorado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas-SP, 2013.

FRANCO, A. Democracia cooperativa: uma introdução ao pensamento político de John Dewey. In: DAGOBÁH, Inteligência Democrática, 22/09/2017. Disponível em: <http://dagobah.com.br/democracia-cooperativa-uma-introducao-ao-pensamento-politico-de-john-dewey/>. Acesso em 31/03/2020.

GOMES, Mércio P. O Brasil inevitável: ética, mestiçagem e borogodó. Rio de Janeiro-RJ, Topbooks, 2019.

GRABOSKI, Gabriel. BNCC esvazia e prejudica o ensino médio. Extra classe. Por Gilson Camargo / Publicado em 10 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2018/12/reforma-altera-a-estrutura-do-ensino-medio/>. Acesso em 24/02/2023.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In MARTES, Ana Cristina Braga (org.). Redes e sociologia econômica. São Carlos – SP, EdUfscar, 2014.

HARRISON, L. & HUNTINGTON, S. A cultura importa. Rio/São Paulo, Record, 2002.

HERMET, G. Cultura e desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 2002.

KROPOTKIN, P. Ajuda Mútua: um fator de evolução. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

LACERDA, A. L. R. Abordagens biosociais na sociologia: biosociologia ou sociologia evolucionista? In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.24, n.70, São Paulo, junho 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000200010>. Acesso em 14/04/2020.

LÉVESQUE, Benoit. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. In MARTES, Ana Cristina Braga (org.). Redes e sociologia econômica. São Carlos – SP, EdUfscar, 2014.

LOPREATO, Joseph. Crisis in sociology: the need for Darwin. Joseph Lopreato and Timothy Crippen. Published 2017 by Routledge 2 Park Square, Milton Park, Abingdon, Oxon OX 14 4RN 711 Third Avenue, New York, NY 10017, USA. 2017.

MACHADO, I. J. de R.; AMORIM, H.; BARROS, C. R. Sociologia hoje. Vol. Único, São Paulo, Ática, 2013.

MACLAUGHLIN, Paul. Environmental sociology and the second darwinian revolution. In: This Wew of Life. August 24, 2016. Disponível em <https://thisviewoflife.com/environmental-sociology-and-the-second-darwinian-revolution/>. Acesso em 23/11/2022.

MARTES, Ana Cristina Braga (org.). Redes e sociologia econômica. São Carlos – SP, EdUfscar, 2014.

MARTINELLI, Alberto. O contexto do empreendedorismo. In MARTES, Ana Cristina Braga (org.). Redes e sociologia econômica. São Carlos – SP, EdUfscar, 2014.

MARTINS, José de S. Os sociólogos distraídos e a invasão da ideologia nas ciências sociais. Entrevista com José de Souza Martins (concedida a Patrícia Fachin). Instituto Humanitas Unisinos. 24/02/2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/592388-os-sociologos-distraidos-e-a-invasao-ideologica-nas-ciencias-sociais-entrevista-especial-com-jose-de-souza-martins>. Acesso em 01/07/2022.

MENDES, Marcos. Por que o Brasil cresce pouco? Desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro. Rio de Janeiro – RJ, Elsevier, 2014.

OECD (2010). Social Capital, Human Capital and Health: What is the Evidence? Disponível em: <https://www.oecd.org/innovation/research/45760738.pdf>.

OLIVEIRA, L.F.; COSTA, R. C. R. Sociologia para jovens do século XXI. Rio de Janeiro. Imperial Novo Milênio, 2007.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. São Paulo, FGV, 1996.

SCHMITZ, E.F. O pragmatismo de Dewey na educação: esboço de uma filosofia da educação. Rio, Livros Técnicos e Científicos, 1980.

SILVA, Afrânio et al. Sociologia em movimento. São Paulo, Moderna, 2013.

SWEDBERG, Richard. A sociologia econômica do capitalismo: uma introdução e agenda de pesquisa. In MARTES, Ana Cristina Braga (org.). Redes e sociologia econômica. São Carlos – SP, EdUfscar, 2014.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. In Revista Tempo Social, 16 (2), novembro de 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/dvSxLM8hKX5dKCQzK6xtQbq/?lang=pt>. Acesso em 20/05/2022.

SZTOMPKA, P. A sociologia da mudança social; tradução Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TOMAZZI, N. D. Sociologia para o ensino médio, vol. único. 3 ed. São Paulo. Saraiva, 2013.

TURNER, Jonatan H. and MACHALECK, Richard S. Evolutionary Sociology: recent and revitalized theoretical and methodological approaches. New York – NY, Routledge, by Jonathan H. Turner and Richard S. Machalek (2018).

UNESCO. **O desenvolvimento social inclusivo no Brasil**. Brasília, sem data. <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/social-inclusive-development>. Acesso em 02/09/2020.